



SUMÁRIO

1. ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução	1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução)	2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução.....	7
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução.....	9
1.4.1 A analogia.....	11
1.4.2 Os costumes	13
1.4.3 Os princípios gerais de Direito	15
1.4.4 A equidade.....	19
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução	20
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado	25
1.7 Estudo das antinomias jurídicas.....	33
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o Direito Público	36
2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	43
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo.....	43
2.1.1 Direito Civil Constitucional	51
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	55
2.1.3 O diálogo das fontes.....	58
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico	63
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural.....	63
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos.....	63
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro	65
2.2.3 Os incapazes no Código Civil de 2002.....	71

2.2.3.1	Dos absolutamente incapazes.....	75
2.2.3.2	Dos relativamente incapazes	78
2.2.4	A emancipação.....	82
2.2.5	Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Novo Código de Processo Civil	83
2.2.6	O domicílio da pessoa natural.....	127
2.2.7	A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos.....	129
2.2.7.1	Morte real.....	129
2.2.7.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação....	130
2.2.7.3	Morte presumida com declaração de ausência.....	131
2.2.7.4	A comoriência	135
2.2.8	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	137
2.3	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica	142
2.3.1	Conceito de pessoa jurídica e suas classificações	142
2.3.2	Da pessoa jurídica de direito privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC.....	145
2.3.3	Modalidades de pessoa jurídica de direito privado e análise de suas regras específicas	151
2.3.3.1	Das associações	151
2.3.3.2	Das fundações particulares.....	157
2.3.3.3	Das sociedades	160
2.3.3.4	Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas.....	161
2.3.4	Do domicílio da pessoa jurídica de direito privado	163
2.3.5	Da extinção da pessoa jurídica de direito privado.....	163
2.3.6	Da desconsideração da personalidade jurídica	165
2.4	Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito	184
2.4.1	Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo.....	184
2.4.2	Principais classificações dos bens.....	189
2.4.2.1	Classificação quanto à tangibilidade	189
2.4.2.2	Classificação quanto à mobilidade.....	190
2.4.2.3	Classificação quanto à fungibilidade.....	192
2.4.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade	192
2.4.2.5	Classificação quanto à divisibilidade	193
2.4.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	193
2.4.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	195
2.4.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio.....	200
2.4.3	Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico	201

2.4.3.1	Bem de família voluntário ou convencional	202
2.4.3.2	Bem de família legal.....	204
2.5	Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico.....	213
2.5.1	Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico.....	213
2.5.2	Classificações do negócio jurídico.....	219
2.5.3	Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Ponteara.....	221
2.5.3.1	Plano da existência.....	222
2.5.3.2	Plano da validade.....	223
2.5.3.3	Plano da eficácia.....	234
2.5.3.4	A Escada Ponteara e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, <i>caput</i> , do CC. Exemplos práticos.....	234
2.5.4	Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo	237
2.5.5	Vícios ou defeitos do negócio jurídico.....	243
2.5.5.1	Do erro e da ignorância.....	244
2.5.5.2	Do dolo.....	247
2.5.5.3	Da coação.....	250
2.5.5.4	Do estado de perigo.....	252
2.5.5.5	Da lesão.....	255
2.5.5.6	Da simulação. O enquadramento da reserva mental.....	258
2.5.5.7	Da fraude contra credores.....	264
2.5.6	Teoria das nulidades do negócio jurídico.....	274
2.5.6.1	Da inexistência do negócio jurídico.....	274
2.5.6.2	Da nulidade absoluta – negócio jurídico nulo.....	275
2.5.6.3	Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável.....	282
2.5.6.4	Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade)	289
2.6	Prescrição e decadência	289
2.6.1	Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência.....	289
2.6.2	Regras quanto à prescrição.....	292
2.6.3	Regras quanto à decadência	315
2.6.4	Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência....	317
3.	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	319
3.1	O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos	319
3.1.1	Elementos subjetivos da obrigação	322
3.1.2	Elemento objetivo ou material da obrigação.....	322
3.1.3	Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação.....	323
3.2	Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo.....	325
3.3	As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro.....	326

3.4	Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional.....	327
3.4.1	Da promessa de recompensa.....	328
3.4.2	Da gestão de negócios.....	329
3.4.3	Do pagamento indevido.....	330
3.4.4	Do enriquecimento sem causa.....	332
3.5	Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002.....	336
3.5.1	Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação.....	336
3.5.1.1	Obrigação positiva de dar.....	336
3.5.1.2	Obrigação positiva de fazer.....	343
3.5.1.3	Obrigação negativa de não fazer.....	344
3.5.2	Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto.....	345
3.5.2.1	Obrigação simples.....	345
3.5.2.2	Obrigação composta.....	345
3.5.3	Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias.....	348
3.5.3.1	Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC).....	348
3.5.3.2	Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	350
3.5.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC).....	355
3.5.4	Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	362
3.6	O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento).....	367
3.6.1	Primeiras palavras.....	367
3.6.2	Do pagamento direto.....	368
3.6.2.1	Elementos subjetivos do pagamento direto. O <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i> . Quem paga e quem recebe.....	368
3.6.2.2	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga.....	373
3.6.2.3	Do lugar do pagamento direto. Onde se paga.....	378
3.6.2.4	Do tempo do pagamento. Quando se paga.....	380
3.6.3	Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto.....	382
3.6.3.1	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento).....	382
3.6.3.2	Da imputação do pagamento.....	387
3.6.3.3	Do pagamento com sub-rogação.....	388
3.6.3.4	Da dação em pagamento.....	391
3.6.3.5	Da novação.....	393
3.6.3.6	Da compensação.....	397
3.6.3.7	Da confusão.....	401
3.6.3.8	Da remissão de dívidas.....	401
3.7	Da transmissão das obrigações.....	402

3.7.1	Introdução	402
3.7.2	Da cessão de crédito	403
3.7.3	Da cessão de débito ou assunção de dívida	409
3.7.4	Da cessão de contrato	411
3.8	Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual	412
3.8.1	Modalidades de inadimplemento	412
3.8.2	Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora	415
3.8.3	Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação	421
3.8.4	Dos juros no Código Civil de 2002	425
3.8.5	Da cláusula penal	433
3.8.6	Das arras ou sinal	446
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL	449
4.1	Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito	449
4.2	Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar	463
4.2.1	Primeiras palavras conceituais	463
4.2.2	Conduta humana	464
4.2.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	466
4.2.3.1	O dolo	466
4.2.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	466
4.2.4	O nexo de causalidade	472
4.2.5	Dano ou prejuízo	481
4.2.5.1	Danos patrimoniais ou materiais	482
4.2.5.2	Danos morais	485
4.2.5.3	Danos estéticos	502
4.2.5.4	Danos morais coletivos	505
4.2.5.5	Danos sociais	506
4.2.5.6	Danos por perda de uma chance	513
4.2.5.7	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002	516
4.3	A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva	520
4.3.1	Responsabilidade civil subjetiva	520
4.3.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo	521
4.3.3	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas	529
4.3.3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta	529

4.3.3.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal	536
4.3.3.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção	538
4.3.3.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento).....	540
4.3.3.5	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ...	540
4.4	Das excludentes do dever de indenizar	545
4.4.1	Da legítima defesa.....	545
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente	546
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	547
4.4.4	Das excludentes denexo de causalidade	548
4.4.5	Da cláusula de não indenizar	548
5.	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	553
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno.....	553
5.2	Principais classificações contratuais.....	556
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas.....	556
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	557
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato.....	557
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação	557
5.2.5	Quanto à previsão legal.....	558
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão x contrato de consumo	559
5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades	561
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos	562
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento	565
5.2.10	Quanto à personalidade.....	565
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio.....	565
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002.....	566
5.3.1	Primeiras palavras	566
5.3.2	Princípio da autonomia privada.....	569
5.3.3	Princípio da função social dos contratos.....	574
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato (<i>pacta sunt servanda</i>).....	586
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva.....	588
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais	608
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil.....	611
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação	612
5.4.2	Fase de proposta, policitação ou oblação.....	614
5.4.3	Fase de contrato preliminar	617
5.4.4	Fase de contrato definitivo.....	620

5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	621
5.5.1	Primeiras palavras	621
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002....	621
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor	631
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil	634
5.7	A evicção	641
5.8	Extinção dos contratos.....	650
5.8.1	Extinção normal dos contratos.....	651
5.8.2	Extinção por fatos anteriores à celebração.....	651
5.8.3	Extinção por fatos posteriores à celebração	653
5.8.4	Extinção por morte de um dos contratantes	666
6.	CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002).....	667
6.1	Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC)	668
6.1.1	Conceito e natureza jurídica.....	668
6.1.2	Elementos constitutivos da compra e venda	670
6.1.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato.....	673
6.1.4	Restrições à autonomia privada na compra e venda	676
6.1.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC)	676
6.1.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC)	680
6.1.4.3	Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC)	681
6.1.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC)	683
6.1.5	Regras especiais da compra e venda.....	686
6.1.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC).....	686
6.1.5.2	Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC)....	687
6.1.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC).....	688
6.1.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC).....	689
6.1.6	Das cláusulas especiais da compra e venda	690
6.1.6.1	Cláusula de retrovenda	691
6.1.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional ...	693
6.1.6.3	Cláusula de venda sobre documentos	697
6.1.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio	698
6.2	Da troca ou permuta (art. 533 do CC).....	703
6.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	703
6.2.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda	704
6.2.3	Troca entre ascendentes e descendentes	705

6.3	Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) ...	705
6.3.1	Conceito e natureza jurídica.....	705
6.3.2	Efeitos e regras do contrato estimatório.....	706
6.4	Da doação (arts. 538 a 564 do CC).....	708
6.4.1	Conceito e natureza jurídica.....	708
6.4.2	Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies.....	711
6.4.2.1	Doação remuneratória.....	711
6.4.2.2	Doação contemplativa ou meritória.....	712
6.4.2.3	Doação a nascituro.....	712
6.4.2.4	Doação sob forma de subvenção periódica.....	713
6.4.2.5	Doação em contemplação de casamento futuro.....	713
6.4.2.6	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges.....	714
6.4.2.7	Doação com cláusula de reversão.....	716
6.4.2.8	Doação conjuntiva.....	717
6.4.2.9	Doação manual.....	718
6.4.2.10	Doação inoficiosa.....	719
6.4.2.11	Doação universal.....	722
6.4.2.12	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	723
6.4.2.13	Doação a entidade futura.....	725
6.4.2.14	Doação famélica.....	725
6.4.3	Da promessa de doação.....	726
6.4.4	Da revogação da doação.....	727
6.5	Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC).....	731
6.5.1	Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação.....	731
6.5.2	Efeitos da locação regida pelo Código Civil.....	732
6.6	Do empréstimo. Comodato e mútuo.....	735
6.6.1	Introdução. Conceitos básicos.....	735
6.6.2	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	735
6.6.3	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC).....	740
6.7	Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	745
6.7.1	Conceito e natureza jurídica.....	745
6.7.2	Regras da prestação de serviços no CC/2002.....	746
6.8	Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	752
6.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	752
6.8.2	Regras da empreitada no CC/2002.....	754
6.9	Do depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	759
6.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	759
6.9.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	761

6.9.3	Do depósito necessário.....	763
6.9.4	Da prisão do depositário infiel.....	764
6.10	Do mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	766
6.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	766
6.10.2	Principais classificações do mandato.....	770
6.10.3	Principais regras do mandato no CC/2002.....	772
6.11	Da comissão (arts. 693 a 709 do CC).....	778
6.12	Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	782
6.13	Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC).....	785
6.14	Do transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	794
6.14.1	Conceito e natureza jurídica.....	794
6.14.2	Regras gerais do transporte no CC/2002.....	795
6.14.3	Do transporte de pessoas.....	798
6.14.4	Do transporte de coisas.....	804
6.15	Do seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	807
6.15.1	Conceito e natureza jurídica.....	807
6.15.2	Regras gerais do seguro no CC/2002.....	809
6.15.3	Do seguro de dano.....	821
6.15.4	Do seguro de pessoa.....	825
6.16	Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC).....	831
6.17	Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	833
6.18	Da fiança (arts. 818 a 839 do CC).....	836
6.18.1	Conceito e natureza jurídica.....	836
6.18.2	Efeitos e regras da fiança no CC/2002.....	840
6.19	Da transação (arts. 840 a 850 do CC).....	844
6.20	Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC).....	848
7.	DIREITO DAS COISAS.....	855
7.1	Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais.....	855
7.2	Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo.....	864
7.3	Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC).....	867
7.3.1	Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse.....	867
7.3.2	Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos.....	872
7.3.3	Principais classificações da posse.....	875
7.3.4	Efeitos materiais e processuais da posse.....	880
7.3.4.1	Efeitos da posse quanto aos frutos.....	880
7.3.4.2	Efeitos da posse em relação às benfeitorias.....	881
7.3.4.3	Posse e responsabilidades.....	884

7.3.4.4	Posse e usucapião. Primeira abordagem.....	885
7.3.4.5	Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios.....	885
7.3.4.6	A legítima defesa da posse e o desforço imediato.....	894
7.3.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse.....	895
7.3.6	Composse ou compossessão.....	898
7.4	Da propriedade.....	900
7.4.1	Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos.....	900
7.4.2	Principais características do direito de propriedade.....	904
7.4.3	Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade.....	906
7.4.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002).....	915
7.4.5	Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária.....	923
7.4.6	Formas de aquisição da propriedade imóvel.....	925
7.4.6.1	Das acessões naturais e artificiais.....	926
7.4.6.2	Da usucapião de bens imóveis.....	934
7.4.6.2.1	Generalidades.....	934
7.4.6.2.2	Modalidades de usucapião de bens imóveis.....	939
7.4.6.2.3	Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil.....	953
7.4.6.2.4	A questão da usucapião de bens públicos.....	956
7.4.6.2.5	Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017.....	957
7.4.6.3	Do registro do título.....	961
7.4.6.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis.....	963
7.4.7	Formas de aquisição da propriedade móvel.....	963
7.4.7.1	Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta..	964
7.4.7.2	Da usucapião de bens móveis.....	966
7.4.7.3	Da especificação.....	968
7.4.7.4	Da confusão, da comistão e da adjunção.....	969
7.4.7.5	Da tradição.....	971
7.4.7.6	Da sucessão hereditária de bens móveis.....	972
7.4.8	Da perda da propriedade imóvel e móvel.....	973
7.4.9	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária.....	977
7.5.	Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019.....	983
7.6	Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC).....	988
7.6.1	Conceitos básicos.....	988

7.6.2	Do uso anormal da propriedade.....	990
7.6.3	Das árvores limítrofes.....	993
7.6.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações.....	994
7.6.5	Das águas.....	997
7.6.6	Do direito de tapagem e dos limites entre prédios.....	1002
7.6.7	Do direito de construir.....	1003
7.7	Do condomínio.....	1007
7.7.1	Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	1007
7.7.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	1009
7.7.3	Do condomínio necessário.....	1012
7.7.4	Do condomínio edilício.....	1012
7.7.4.1	Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	1012
7.7.4.2	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício.....	1024
7.7.4.3	Da administração do condomínio edilício.....	1038
7.7.4.4	Da extinção do condomínio edilício.....	1043
7.7.4.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples.....	1043
7.7.4.6	A multipropriedade ou <i>time sharing</i> . Estudo da Lei 13.777/2018...	1049
7.8	Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula).....	1064
7.9	Dos direitos reais de gozo ou fruição.....	1073
7.9.1	Generalidades.....	1073
7.9.2	Da superfície.....	1074
7.9.3	Das servidões.....	1080
7.9.4	Do usufruto.....	1086
7.9.5	Do uso.....	1094
7.9.6	Da habitação.....	1094
7.9.7	Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007.....	1095
7.9.8	Do direito real de laje.....	1096
7.10	Dos direitos reais de garantia.....	1106
7.10.1	Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002.....	1106
7.10.2	Do penhor.....	1110
7.10.3	Da hipoteca.....	1116
7.10.4	Da anticrese.....	1128
7.10.5	Da alienação fiduciária em garantia.....	1129
8.	DIREITO DE FAMÍLIA.....	1161
8.1	Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais.....	1161

8.1.1	Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988)	1163
8.1.2	Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988)	1167
8.1.3	Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC)	1168
8.1.4	Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC)	1168
8.1.5	Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC)	1169
8.1.6	Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC)	1170
8.1.7	Princípio da afetividade	1171
8.1.8	Princípio da função social da família (art. 226, <i>caput</i> , da CF/1988)	1174
8.1.9	Princípio da boa-fé objetiva	1175
8.2	Concepção constitucional de família	1181
8.3	Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC)	1183
8.3.1	Conceito, natureza jurídica e princípios	1183
8.3.2	Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento	1185
8.3.3	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração	1195
8.3.3.1	Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC)	1198
8.3.3.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> (art. 1.540 do CC)	1199
8.3.3.3	Casamento por procuração (art. 1.542 do CC)	1199
8.3.3.4	Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC)	1200
8.3.4	Da invalidade do casamento	1201
8.3.4.1	Esclarecimentos necessários	1201
8.3.4.2	Do casamento inexistente	1202
8.3.4.3	Do casamento nulo	1205
8.3.4.4	Do casamento anulável	1209
8.3.4.5	Do casamento putativo	1215
8.3.5	Provas do casamento	1216
8.3.6	Efeitos pessoais do casamento e seus deveres	1217
8.3.7	Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens	1220
8.3.7.1	Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens	1220
8.3.7.2	Regras gerais quanto ao regime de bens	1226
8.3.7.3	Regras quanto ao pacto antenupcial	1235
8.3.7.4	Regime de bens. Regras especiais	1238
8.3.8	Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio	1249

8.3.8.1	Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015.....	1249
8.3.8.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010	1269
8.3.8.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato	1269
8.3.8.2.2	Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010	1271
8.3.8.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto.....	1273
8.3.8.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal.....	1278
8.3.8.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010	1282
8.3.8.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014).....	1284
8.3.8.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio.....	1304
8.4	Da união estável	1305
8.4.1	Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato	1305
8.4.2	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	1318
8.4.3	A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável....	1326
8.5	Relações de parentesco	1332
8.5.1	Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC).....	1332
8.5.2	Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC).....	1336
8.5.3	Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC)	1357
8.5.3.1	Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos....	1357
8.5.3.2	Reconhecimento voluntário ou perfilhação	1357
8.5.3.3	Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória	1360
8.5.4	Da adoção	1366
8.5.5	Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental.....	1375
8.6	Dos alimentos no Código Civil de 2002	1383
8.6.1	Conceito e pressupostos da obrigação alimentar	1383

8.6.2	Características da obrigação de alimentos	1387
8.6.3	Principais classificações dos alimentos	1399
8.6.4	Extinção da obrigação de alimentos	1406
8.7	Da tutela e da curatela	1409
8.7.1	Primeiras palavras	1409
8.7.2	Da tutela.....	1413
8.7.3	Da curatela	1422
9.	DIREITO DAS SUCESSÕES	1443
9.1	Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões	1443
9.2	Da herança e de sua administração.....	1450
9.3	Da herança jacente e da herança vacante.....	1454
9.4	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder	1459
9.5	Da aceitação e renúncia da herança.....	1463
9.6	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças	1470
9.7	Da ação de petição de herança	1473
9.8	Da sucessão legítima	1477
9.8.1	Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil	1477
9.8.2	Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (<i>Informativo n. 864 da Corte</i>).....	1483
9.8.3	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro	1494
9.8.4	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente.....	1496
9.8.5	Da sucessão dos colaterais.....	1502
9.8.6	Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro	1503
9.8.7	Do direito de representação.....	1524
9.9	Da sucessão testamentária.....	1526
9.9.1	Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto	1526
9.9.2	Das modalidades ordinárias de testamento.....	1532
9.9.2.1	Do testamento público	1534
9.9.2.2	Do testamento cerrado	1538
9.9.2.3	Do testamento particular	1541
9.9.3	Das modalidades especiais de testamento	1546

9.9.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico.....	1546
9.9.3.2	Do testamento militar.....	1547
9.9.4	Do codicilo.....	1547
9.9.5	Das disposições testamentárias.....	1549
9.9.6	Dos legados.....	1557
9.9.6.1	Conceito e espécies.....	1557
9.9.6.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento.....	1559
9.9.6.3	Da caducidade dos legados.....	1560
9.9.7	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.....	1561
9.9.8	Das substituições testamentárias.....	1563
9.9.9	Da redução das disposições testamentárias.....	1566
9.9.10	Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade.....	1568
9.9.11	Do rompimento do testamento.....	1569
9.9.12	Do testamenteiro.....	1572
9.10	Do inventário e da partilha.....	1576
9.10.1	Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos.....	1576
9.10.1.1	Do inventário judicial.....	1578
9.10.1.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tra- dicional (inventário comum).....	1579
9.10.1.1.2	Inventário judicial pelo rito sumário.....	1606
9.10.1.1.3	Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum.....	1609
9.10.1.2	Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública.....	1611
9.10.2	Da pena de sonegados.....	1620
9.10.3	Do pagamento das dívidas.....	1622
9.10.4	Da colação ou conferência.....	1625
9.10.5	Da redução das doações inoficiosas.....	1630
9.10.6	Da partilha.....	1632
9.10.6.1	Da partilha amigável ou extrajudicial.....	1632
9.10.6.2	Da partilha judicial.....	1634
9.10.6.3	Da partilha em vida.....	1640
9.10.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evic- ção.....	1641
9.10.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha.....	1641
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1647